

# Saúde está sob estado de calamidade pública

O presidente interino da República, deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE), assinou ontem decreto declarando estado de calamidade pública nos setores de assistência e saúde. Em função do decreto, Oliveira baixou uma medida provisória liberando crédito extra no valor de CR\$ 232 bilhões para o Ministério da Saúde. Os recursos serão utilizados para o pagamento dos hospitais conveniados ao Sistema Único de Saúde (SUS).

Oliveira liberou os recursos a pedido do próprio presidente Itamar Franco, que viajou ontem para o Chile, onde participa hoje da cerimônia de posse do presidente eleito, Eduardo Frei. Itamar fez a recomendação ao presidente interino, na Base Aérea de Brasília, onde transmitiu o cargo a Oliveira, pouco antes de embarcar. A assessoria de imprensa do presidente da Câmara

dos Deputados explicou que o decreto e a MP não haviam sido assinados por Itamar porque os textos não ficaram prontos antes do presidente viajar.

O orçamento previsto para o Ministério da Saúde em 1994 era inicialmente, de US\$ 14.136,25 bilhões. A proposta orçamentária enviada para o Congresso foi de US\$ 9,54 bilhões, o que significa um corte de quase US\$ 5 bilhões.

O ministro da Saúde, Henrique Santillo, foi muito enfático ao afirmar que com o orçamento enviado para o Congresso não seria possível garantir sequer o pagamento das internações e dos atendimentos ambulatoriais. O ministério tem uma dívida em 1994 de CR\$ 226 milhões, e pagou somente CR\$ 70 milhões, referentes a 80% das internações. O corte acarretará, também, redução nos programas de vacinação infantil.